

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.078.844 - RS (2017/0072867-3)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : VALERIE SOIBELMAN
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : GUILHERME VALLE BRUM E OUTRO(S) - RS064317

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VALERIE SOIBELMAN contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 44):

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO. EMBARGOS. CITAÇÃO POR EDITAL. CURADOR ESPECIAL.

1. Validade da citação por edital realizada após diversas tentativas de citação pessoal.
2. Nomeação tardia de curador especial, sem prejuízo processual, não causa nulidade.
3. Execução ajuizada tempestivamente e não decurso de cinco anos até a citação. Não ocorrência de prescrição.
4. Não merece acolhida alegação genérica de eiva na penhora, além de, se existente, poder ser corrigida a qualquer tempo.
5. Apelação desprovida.

No apelo nobre (e-STJ fls. 54/61), o recorrente apontou divergência jurisprudencial e violação do art. 8º, III, da LEF. Sustentou, em resumo, a nulidade de citação do edital, por não terem sido esgotados os meios para a realização da citação pessoal do devedor. Afirmou que: **(a)** "o mero fato de o executado não ter sido encontrado na tentativa de sua citação pessoal, pela diligência realizada pelo Oficial de Justiça, não autoriza, por si só, a realização de sua citação por edital. isso porque existem outros meios para se buscar a sua localização, como, por exemplo, a expedição de ofícios para o CEEE, SPC, SERASA, RECEITA FEDERAL e Consultas Integradas, para que informassem os dados cadastrais do recorrente, e, nos autos, veem-se parcas diligências apenas, aliadas a interregnos sem manifestação e a pedidos de suspensão"; **(b)** "a prévia tentativa de citação por Oficial de Justiça é requisito indispensável à citação por edital em execuções fiscais".

Contrarrazões às e-STJ fls. 67/75.

O Tribunal de origem obistou o recurso especial por entender coincidente o entendimento do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ e incidente a Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 77/81); não concordando o agravante com essa fundamentação (e-STJ fls. 86/94).

Contraminuta às e-STJ fls. 99/102.

Passo a decidir.

Inicialmente, decidiu o Plenário do STJ que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18

Superior Tribunal de Justiça

de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feita essa consideração, verifico que o recurso especial em comento não merece ser mesmo admitido.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, firmada a partir do julgamento do REsp 1.103.050/BA (repetitivo), a citação por edital, por ser medida excepcional, somente é admitida depois de esgotadas as tentativas de localização do endereço do devedor, para fins de citação pessoal, pelos correios ou por oficial de justiça.

Com base nessa orientação jurisprudencial, o recorrente sustenta a nulidade da citação por edital.

Ocorre que as razões contidas no apelo nobre mostram-se contraditórias, pois, conforme relatado, ora o recorrente afirma que houve tentativa de citação por Oficial de Justiça, mas que ela não seria suficiente para exaurir as tentativas de localização do endereço do devedor, ora alega que a nulidade invocada se dá pela ausência de tentativa de citação por Oficial de Justiça. Essa inconsistência, por si só, revela a deficiência de irresignação recursal, impedindo o seu conhecimento, consoante inteligência da Súmula 284 do STF.

Não o bastante, acerca do tema, a Corte gaúcha limitou-se a assentar que, "quanto à citação por edital, aconteceu após diversas tentativas de localização da executada (fls. 26, 31-4 e 35., atos da execução), conforme destacado na sentença".

Frise-se que, no julgado estadual, não houve manifestação acerca da ausência de tentativa de citação por Oficial de Justiça ou da necessidade de expedição de ofícios para outros órgãos administrativos tendentes a obter o endereço do devedor, nem tampouco o recorrente opôs embargos de declaração para o fim de prequestionar essas premissas.

Nesse contexto, a revisão do acórdão recorrido pressupõe, necessariamente, a revisão do contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. A esse propósito, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 1.754.912/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2018; AgRg no AREsp 255.057/SP, Rel. Ministro Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF 1ª Região), Primeira Turma, DJe 08/10/2015.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

